

COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR DO BRASIL COM A NAMÍBIA: ASPECTOS DE UMA PARCERIA ESTRATÉGICA

Kamilla Raquel Rizzi¹

Naiane Inez Cossul²

Patrick Bueno³



Introdução

A política africana brasileira constitui-se um elemento fundamental para criar, no Atlântico Sul, a concepção de cooperação regional, que permite um espaço de manobra autônomo para o Brasil e para os países africanos em momentos de crises internacionais. A ascensão de novos polos de poder e a consolidação de blocos econômicos evidenciam o conjunto das transformações globais do século XXI, encaminhando o sistema mundial para uma nova ordem multipolar.

Neste contexto, o Atlântico Sul volta a ser visualizado, desde um prisma geoestratégico e geopolítico, pelo Brasil, em consequência da relevância do descobrimento de recursos energéticos para o desenvolvimento nacional nas suas águas jurisdicionais, e devido ao seu papel de via de comunicação com a África. Assim, pode-se perceber um movimento de projeção de poder brasileiro no âmbito da cooperação regional, em particular no continente

1 Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Pampa. Santana do Livramento, Brasil. PPGRI, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil. E-mail: kamillarizzi@unipampa.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8462-7497>.

2 Departamento de Relações Internacionais, Centro Universitário Ritter dos Reis. Porto Alegre, Brasil. E-mail: naianecossul@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9006-9607>.

3 Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Pampa. Santana do Livramento, Brasil. E-mail: patrickbuenopinto@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7236-9825>.

africano, com pretensões de defesa do interesse nacional e de segurança regional. Visto que

[a] cooperação em defesa no entorno estratégico é crucial para o Brasil. A cooperação é, nesse âmbito, a melhor dissuasão. Investir nessa cooperação não é um ato de generosidade. É a maneira mais eficaz (e, provavelmente, a menos onerosa) de proteger nossos interesses e a nossa integridade (Amorim 2016, 312).

Dessa forma, compreende-se que a cooperação técnica-militar é uma ferramenta de projeção de poder, bem como, uma oportunidade de fortalecer as relações já estabelecidas entre os países. Ao mesmo tempo, a cooperação técnica-militar pode proporcionar ganhos recíprocos, apesar das assimetrias entre os Estados, e permitir o intercâmbio do know-how entre os Estados. Frente a isso, o presente artigo propõe analisar por que a cooperação técnico-militar do Brasil com a Namíbia pode ser classificada como estratégica no Atlântico Sul. Como hipótese inicial, o estudo parte do pressuposto de que a consolidação da política africana do Brasil e as pretensões de reforçar sua posição geopolítica em seu Entorno Estratégico foram os grandes fatores motivadores para a aproximação técnica militar com a Namíbia e tornaram essa cooperação em defesa de caráter estratégico pelos fatores relacionados à (a) política africana do Brasil conjugada com a política de defesa do Brasil, à (b) potencialidade de mercado consumidor para a base industrial de defesa brasileira e (c) revalorização do Atlântico Sul como área de paz e cooperação.

No que tange aos objetivos específicos, o artigo visa inicialmente analisar as dinâmicas geopolíticas dos oceanos e ressaltar sua importância para o desenvolvimento socioeconômico dos países, examinando os resultados da relação entre Brasil e Namíbia, especialmente a cooperação técnico-militar entre Brasil e Namíbia de 1991 a 2019. Assim, pode afirmar-se que a pesquisa assume um caráter descritivo-explicativo. No que se refere aos procedimentos, a pesquisa se utilizará da revisão bibliográfica, com ampla pesquisa e análise documental de fontes primárias (documentos oficiais, discursos, entre outros), secundárias e de imprensa. Metodologicamente, optou-se por uma pesquisa de abordagem qualitativa, na qual predomina a interpretação desenvolvida pelos pesquisadores frente ao caso de estudo, uma vez que tal abordagem se preocupa “com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (Córdova e Silveira 2009, 32).

Oceano: geoestratégia, poder marítimo e defesa nacional

A conjuntura atual de mudanças geopolíticas no sistema internacional revela uma tendência de disputas pelo controle de áreas ricas em recursos naturais estratégicos. Somado com a lógica do sistema interestatal capitalista e o alto crescimento econômico e demográfico de certos países, como a China e a Índia, os oceanos representam fontes alternativas no jogo geopolítico dos recursos energéticos no mundo. Além desse papel geoestratégico, os oceanos desempenham o papel de vias de comunicação entre os países e são fontes de uma biodiversidade imensurável. Neste sentido, sendo uma fonte vital para a preservação da vida na Terra, os oceanos foram instrumentalizados pela humanidade para suprir suas necessidades e acentuar a veleidade humana, comprometendo diretamente a diversidade marinha.

Segundo Silva (2021), o século XXI tem reafirmado três tendências relacionadas aos espaços marítimos: (a) a crescente importância dos oceanos na globalização econômica e na política internacional; (b) o incremento das tensões derivadas do processo de demarcação das fronteiras marítimas regulado pela Convenção das Nações Unidas sob o Direito do Mar (CNUDM); e, (c) a partir de 2017, o retorno oficial da competição entre as grandes potências, anunciado na Estratégia de Segurança Nacional dos EUA, publicada naquele ano. Assim, os oceanos são palcos de conflitos e cooperação no atual século. O que se afirma na visão de Mahan (1987) sobre o controle do mar, sendo um fator influenciável na economia e na segurança dos Estados.

Se a disputa pelo controle de áreas ricas em recursos naturais estratégicos encaminha-se atualmente, paralelamente, de acordo com Brozowski e Padula (2016), há ainda dois movimentos geopolíticos possíveis de serem identificados: o primeiro, verifica-se desde a segunda metade do século XX, consiste na adoção, por parte dos países centrais, de uma política externa voltada especialmente para o controle de áreas ricas em recursos naturais estratégicos, elevando a política de segurança energética como seu principal determinante; o segundo movimento consiste na recente ação de grandes potências e alguns países emergentes no sentido de assegurar o domínio de zonas mineiras oceânicas.

Com isso, nota-se que os oceanos desempenham um papel fundamental não apenas para a população que vivem as suas margens, mas, como também, para a economia nacional, uma vez que esse papel recebe maior relevância com o incremento da competição entre as potências em relação aos recursos energéticos e pela lógica da globalização econômica. Além do petróleo, há outros recursos naturais encontrados no fundo dos oceanos,

cuja demanda tem crescido agudamente pelos países. Isso porque metais encontrados nestas reservas podem contribuir para o desenvolvimento de indústrias estratégicas de importantes economias mundiais. Com o avanço do desenvolvimento tecnológico em águas profundas e um possível esgotamento das reservas minerais em terra, pode-se afirmar que há uma emergência de uma nova fronteira da mineração mundial. Trata-se de uma manobra concertada entre governos e grandes corporações para assegurar o acesso e domínio sobre as reservas de matérias-primas ainda existentes e abundantes (Brozowski e Padula 2016).

Nesse contexto geopolítico, o Oceano Atlântico, mais especificamente sua parte meridional, tem sido, historicamente, uma porção periférica na globalização econômica e na política internacional. Porém, segundo Silva (2021), esse aspecto está sendo atenuado, principalmente, em decorrência do seu papel no provimento de recursos naturais para os países mais desenvolvidos, seja no papel de fonte energética ou de via de transporte, e pelo recrudescimento da disputa entre as grandes potências para conquistar mercados, influência e angariar o apoio dos países da região. Em complemento, de acordo com Pereira (2013), o oceano retomou sua importância a partir dos reflexos de dois acontecimentos externos: (a) a crise do petróleo na década de 1970, que promoveu o debate sobre as fronteiras marítimas delimitadas e a exploração de seus recursos naturais; e (b) a incapacidade das duas passagens intercontinentais atuais - Suez e Panamá - de suportar as embarcações de maiores dimensões, resultando no aumento das pressões na região.

Neste sentido, como verificado, a retomada da importância geoeconômica e geopolítica do Atlântico Sul vem ocorrendo pela revalorização de seus recursos naturais e pela mudança de eixo da geografia política direcionada ao Sul. Por essa razão e entre outras, a cooperação em questões estratégicas e o desenvolvimento de mecanismos de concertação político-estratégico a nível regional tornam-se cruciais para que essa região se mantenha de cooperação e paz. Neste sentido, organismos regionais como a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), Comissão do Golfo da Guiné (CGG) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) se destacam com o intuito de salvaguardar a soberania e a manutenção do diálogo entre seus Estados-membros.

Assim, a instrumentalização do mar e das águas interiores é entendida como elementos de ação política e militar, bem como, fatores de desenvolvimento econômico e social, visando conquistar e manter os objetivos nacionais (Fortuna 1983). Desta forma, o poder marítimo vinculado aos

interesses econômicos e à segurança nacional torna-se indispensável, pois, para Silva (2017):

O poder marítimo é a capacidade de um Estado de usar o mar ou influenciar o conjunto das atividades políticas, econômicas, sociais, ambientais, da ciência e da tecnologia e da segurança e defesa relacionadas com o ambiente marítimo (Silva 2017, 238, tradução nossa)⁴.

No entanto, há um conjunto de esforços necessário para a concretude de um Poder Marítimo efetivo: a existência de normas e princípios orientadores do Estado, em todos os setores das atividades marítimas, identificando objetivos e discriminando os meios essenciais à consecução das relações entre Nação e o mar (Fortuna 1983). Se aplicarmos os quatro fatores de Mahan (1908) para enquadrar um Estado no poder marítimo (posicionamento e fisiografia, extensão territorial, aspecto psicossocial e política de governo), concluir-se-á que Brasil e Namíbia podem ser classificados como países marítimos, em graus de diferente potencialidade histórico-econômica.

Dado a incapacidade das forças militares de alguns países na região sul-atlântica, bem como a inadequada estratégia militar relativa à segurança marítima regional, esses países tornam-se vulneráveis à penetração de forças externas e do crime organizado internacional - pirataria, narcotráfico. Para lidar com esses desafios e manter o Atlântico Sul uma zona de paz e cooperação, os países sul-atlânticos têm buscado respostas no âmbito da cooperação técnica a nível Sul-Sul.

Para o Brasil, o Atlântico Sul é uma área prioritária para seus interesses nacionais. O turning point para uma postura mais pragmática em relação à região foi o descobrimento da camada pré-sal em águas brasileiras, em 2007. A partir desse momento, o país dedicou esforços internos e externos para uma ação adequada para proteção e exploração dessa reserva. Assim, relançou-se a maritimidade brasileira, para fortalecer sua política africana. Em vista disso, o país tem desenvolvido projetos e acordos em prol de assegurar essa região de paz e cooperação, como expresso no Livro Branco de Defesa Nacional de 2020:

4 In the original: “*sea power as the ability of a state to exploit or influence the range of sea-related activities in the political, economic, social, environmental, and military domains*” (Silva 2017, 238).

O Brasil tem especial interesse na paz e segurança do Atlântico Sul. Esse oceano possui áreas estratégicas relevantes e de vital importância para o comércio mundial e nacional. Por isso, dedica especial atenção à construção de um ambiente cooperativo no Atlântico Sul, sob a égide da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). O aumento de incidentes de pirataria e roubo no Golfo da Guiné, por exemplo, evidencia a importância de fortalecimento da ZOPACAS, com vistas a contribuir para o desenvolvimento das capacidades dos Estados costeiros daquele Golfo de prover a segurança marítima e a estabilidade na região. A cooperação mantida no âmbito da ZOPACAS estende-se a temas ambientais e de sustentabilidade (Brasil 2020, 17).

Neste sentido, os vínculos históricos e culturais entre o Brasil com os países africanos limítrofes adquirem novos aspectos ao passo que as relações internacionais se tornam mais complexas, em relação à emergência de novos desafios no âmbito securitário e político, assim como, a ingerência de potências extrarregionais na agenda regional. Por meio de uma concertação político-regional e o fortalecimento da Cooperação Sul-Sul, esses países buscam respostas aos novos desafios emergentes no atual século XXI. Assim, a soma de esforços conjuntos e as responsabilidades comuns assumidas caracterizam essa região, a qual busca se manter de paz e cooperação.

A cooperação técnico-militar entre Brasil e Namíbia

Na terceira atualização da Política Nacional de Defesa (PND), de 2012, e, na Estratégia Nacional de Defesa (END), do mesmo ano, mencionou-se o ambiente regional e o entorno estratégico do Brasil, no qual o país visualiza um entorno que extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países limítrofes da África. Assim, pela primeira vez, o governo brasileiro expressou o seu interesse estratégico sobre o continente africano em uma política pública em consonância com uma estratégia. No entanto, a cooperação na área da Defesa com os países africanos remonta à divulgação da PND e da END de 2012, isso porque os primeiros acordos de cooperação dessa natureza militar foram estabelecidos em 1994, com a assinatura de compromissos com a Namíbia e Cabo Verde (Brasil 2012).

Por sua vez, a relação entre Brasil e Namíbia antecede a própria independência desse país africano, haja vista que o presidente José Sarney recebeu o líder namibiano da Organização do Povo do Sudoeste Africano (*Southwest Africa People's Organization*, SWAPO, em inglês), Sam Nujoma, em 1987, o

que pode ser considerado o primeiro passo para a futura cooperação bilateral. Desde o início da luta pela independência da Namíbia, o Brasil apoiou a posição favorável na ONU. A própria declaração da ZOPACAS, de iniciativa brasileira, ressaltava a importância da eliminação do regime *Apartheid* das margens do Atlântico Sul para assegurar a paz e a cooperação regional. Esta postura rendeu importante prestígio diplomático ao Brasil nas futuras relações com a Namíbia.

No domínio da Defesa, a cooperação entre Brasil e Namíbia simboliza a mais longa executada pelo Brasil, no continente africano. No âmbito das atividades realizadas pela Marinha Brasileira, a cooperação permitiu a estruturação da força naval da Namíbia, a formação, aperfeiçoamento e especialização de pessoal em escolas militares brasileiras, a implantação de um modelo de ensino militar baseado no brasileiro, a adoção de um cerimonial militar, além de uniformes e equipamentos, derivados daqueles da Marinha do Brasil. Em relação ao Exército Brasileiro, houve uma cooperação em intensidade muito inferior e por um período curto. De modo geral, exportou-se um modelo institucional para um país integrante do entorno estratégico brasileiro. Ademais, possibilitou estreitar a relação entre as duas nações, aumentando a confiança (Pereira et al. 2021).

O Acordo Naval entre Brasil e Namíbia simboliza um marco histórico entre as duas Marinhas, como também, uma colaboração estratégica entre os dois países signatários. O primeiro passo formalizado entre as duas partes na esfera naval foi o comunicado conjunto, assinado pelo presidente namibiano, Sam Nujoma e o presidente Fernando Collor, em 13 de setembro de 1991, quando o então presidente brasileiro viajou ao país africano. Segundo o documento, os presidentes concordavam em criar uma comissão mista de cooperação para apreciar, entre outros assuntos, a proposta de “um protocolo sobre Cooperação Marítima” (Almeida 2012).

A relação se intensificou a partir de 1994, quando foi assinado o Acordo de Cooperação Naval entre Brasil e Namíbia. Nesse acordo estavam previstos alguns bens e serviços fornecidos pelo Brasil, por meio da Marinha Brasileira, ao Ministério da Defesa da Namíbia:

1. Execução de um levantamento hidrográfico completo ou atualização dos levantamentos existentes do litoral namibiano [...].
2. Implantação de um sistema de auxílio à navegação [...]
3. Delimitação dos limites do mar territorial e das águas jurisdicionais [...] e assistência ao Governo da Namíbia durante as negociações para o estabelecimento das fronteiras laterais marítimas [...].
4. Determinação das rotas mais seguras para a navegação costeira.

5. Organização, dentro da Ala Naval do Ministério da Defesa, de um Serviço de Patrulha Marítimo, com o propósito de proteger os interesses nacionais da República da Namíbia em seu mar territorial e águas jurisdicionais [...]. Tal serviço deverá, também, garantir a manutenção da lei e da ordem naquelas águas.
6. Provimento de navios apropriados às necessidades da Ala Naval [...].
7. Planejamento e desenvolvimento da infraestrutura adequada para sediar e apoiar logisticamente tais navios (Almeida 2012, 40).

Quanto às responsabilidades financeiras, caberia à Marinha Brasileira arcar com os custos totais da formação de oficiais e treinamento de praças no Brasil, enquanto a Namíbia ficou responsável pelas despesas de deslocamento e salários. Assim, ocorreu a formação de pessoal, nos mais diversos níveis, totalizando 466 vagas utilizadas, sendo 48 para oficiais e 418 para praças. No mesmo ano, criou-se a Missão Brasileira na Namíbia, em 2 de maio de 1994.

A Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON), empresa pública criada em 9 de setembro de 1982 é vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando da Marinha do Brasil, atuando na gerência de projetos, contratada pela Marinha Brasileira e passou a participar das negociações e execução das etapas seguintes. Com a Missão Naval Brasileira na Namíbia (MNBN), deu-se início às atividades ligadas à formação e treinamento do pessoal da Ala Naval (*Naval Wing*) da Namíbia. Em 1997, a Marinha Brasileira enviou à Namíbia uma delegação que incluía representantes da EMGEPRON para analisar o levantamento hidrográfico e de desenvolvimento da infraestrutura de apoio logístico. Nesse mesmo ano, o navio hidrográfico “Sirius” concretizou os levantamentos necessários à atualização da carta náutica do porto namibiano, tal serviço foi brindado sem custos à Namíbia. Também, houve a contribuição da Diretoria de Obras Civis da Marinha (DCM) no projeto inicial da Base Naval de *Walvis Bay* (BNWB) (Almeida 2012).

Devido à crise da Ásia, em 1997, e da Rússia, em 1998, o Brasil e a Namíbia enfrentaram certas dificuldades para cumprir as metas do Acordo Naval. Por essa razão, a proposta de um novo acordo foi apresentada, em 1999, no qual não apresentou cláusula de custeio dos cursos pelo Brasil. Em 2001, foi assinado um novo acordo de cooperação, no qual os custos ficam sob a responsabilidade dos órgãos executores, intensificando a cooperação bilateral. A partir desse novo acordo, a Marinha Brasileira se propôs a fornecer à Namíbia, como expresso no Artigo II, inciso 1: “as partes cooperarão entre si com o objetivo de criar e fortalecer a Ala Naval do Governo da República da Namíbia” (Brasil 2003).

Assim, a Marinha Brasileira se comprometeu a fornecer ao Governo da Namíbia os seguintes bens e serviços no quadro deste Acordo de Cooperação (Brasil 2003):

1. Assistir na organização, no âmbito da Ala Naval do Governo da República da Namíbia, de um Serviço de Patrulha Marítima, para proteger os interesses nacionais da República da Namíbia em suas águas internas, mar territorial e zona econômica exclusiva, especialmente no que se refere à proteção dos recursos vivos e minerais da plataforma continental;
2. Embarcações capazes de satisfazer às necessidades da Ala Naval do Governo da República da Namíbia;
3. Assistir no planejamento e desenvolvimento de uma infraestrutura apropriada à atracação e suporte logístico para tais embarcações (Brasil 2003, s.p.).

Ainda em 2001, foi assinado o contrato entre a EMGEPRON e o governo da Namíbia para execução do Levantamento da Plataforma Continental (LEPLAC). Tal empresa dirigiu todo o serviço, resultando na submissão do pleito da Namíbia à Comissão de Limites das Nações Unidas, em maio de 2009. No mesmo ano de 2002, a EMGEPRON, assinou com o Ministério da Defesa namibiano o contrato de construção do Navio-patrulha, quando o primeiro pagamento do financiamento ocorreu (Almeida 2012).

A partir de 2003, percebeu-se o adensamento das relações Sul-Sul por parte da política externa brasileira, possibilitando um maior diálogo entre as duas nações e a convergência entre as iniciativas diplomáticas e o cumprimento das metas do Acordo Naval. Nesse ano, o Brasil doou a corveta “Purus” ao governo namibiano, transferido ao país, em 2004 (Seabra 2014). É primordial ressaltar que a Namíbia analisou a possibilidade de estabelecer o acordo com outros países, entre eles, Estados Unidos, Israel e Noruega, porém, o motivo pelo qual levou o governo namibiano a escolher o Brasil foi devido a sua vocação pacifista, afastamento de conflitos internacionais e pelo estágio de desenvolvimento da Marinha Brasileira (Scofiel apud Almeida 2012).

O grande entrave para a concretização da venda de navios-patrulha (NP) e a construção da BNWB foi a limitação de recursos financeiros por parte da Marinha Naval Namibiana. A aquisição do primeiro NP se concretizaria em 2004, por sua vez, a construção da BNWB seria realizada por uma empresa chinesa. Somado com as limitações financeiras do Governo Namibiano para aquisição de meios navais e equipamentos brasileiros, observa-se uma postura do governo de tal país em relação ao pedido de financiamentos externos para adquirir os produtos de fabricação brasileira. Recentemente, ofertas de bens e serviços sob condições concessionais são apresentadas por potências estrangei-

ras, especialmente a China, cuja atuação no continente africano aprofunda-se anualmente: no caso da Namíbia, a China provê apoio regular à “[...] Força Aérea daquele país, que já opera aeronaves de treinamento e caças chineses [...]” e na área naval, houve a aquisição do navio *NAPLog Elephant*, de apoio logístico de mais de 2.500 toneladas, construído no estaleiro de Wuhan, na China (Almeida 2012, 16).

A partir de 2006, foi incorporado, no âmbito da relação Brasil-Namíbia, o Grupo de Apoio Técnico, cujo objetivo foi prestar assistência à criação do Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais; registrou-se o envio de militares brasileiros à Base Naval de *Walvis Bay* para concretizar tal objetivo. A submissão do leito da Namíbia, com apoio brasileiro, à Comissão de Limites das Plataformas Continentais da ONU (CLCS), em 2009, propôs a extensão das águas jurisdicionais (UN 2009).

Em 2009, foi assinado um novo acordo entre os dois países acerca da cooperação na esfera da defesa, cujos termos seguem os estabelecidos no acordo de 2001. No mesmo ano, foi entregue à Marinha namibiana o Navio Patrulha *Brendan Sinbwaye*, de classe *Grajaú*, construído pela Indústria Naval do Ceará (INACE), e duas lanchas-patrulha, da classe *Marlim*: as lanchas *HPB20 Terrace Bay* e *HPB21 Möwe Bay*. No âmbito da organização da Marinha namibiana, a Marinha do Brasil ativou a Missão de Assessoria Naval (MAN) na própria Namíbia. Essa composição de MAN foi uma evolução da organização adotada anteriormente com os Grupos de Apoio Técnicos (GAT), em 2006. No período de 2006 a 2009, a Marinha brasileira enviou seis GAT com diversas composições e atribuições diferentes (Freitas 2009).

Em 2010, a I Missão de Assessoria Naval foi ativada de forma a fornecer assessoria militar, técnica e administrativa à Marinha namibiana, com o propósito de contribuir para a estruturação e crescimento da Marinha namibiana. Ainda em 2010, outra ação foi realizada no eixo da organização da Marinha, por ocasião da ativação do GAT de Fuzileiros Navais, chefiado por um Capitão de Mar e Guerra, com chamado de mais três oficiais e oito praças, com o fim de desenvolver o Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia (CFN-N). As tarefas que corresponderam a esse GAT foram: a formação do Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais; a criação do Curso de Formação de Soldados Fuzileiros Navais; e o desenvolvimento do Cerimonial da Marinha da Namíbia (Freitas 2019).

No período de 2012 a 2014, as principais atividades desenvolvidas pela MAN foram a assessoria nas áreas de elaboração de publicações e procedimentos; implementação do conceito de sistema de manutenção planejada; estruturação do novo píer da nova Base Naval; condução de adestramentos a

bordo dos meios da Marinha namibiana; e contribuir com a realização do Curso de Formação de Marinheiros. Ademais, foi prestada a assessoria à condução de Inspeção Operativa no *NAPLog Elephant* (Freitas 2019).

No período de 2009 a 2019, militares da Namíbia realizaram o Curso de Formação de Marinheiros (C-FMN), o Curso de Especialização (C-Espc) – formação de militares na graduação de cabos, e o Curso Especial de Habilitação a Sargento (C-EspHabSG/Ap), o qual habilita os militares na graduação de terceiro-sargento. Para efeitos de comparação, no período de 1998 a 2008, a média anual de militares namibianos cursando o Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA) foi de 28 por ano, enquanto no período de 2009 a 2019, a média foi de 57. No Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC), 139 militares foram formados para o CFN-N de 2009 a 2019 (Freitas 2019). Entre 2003 e 2013, o total de 1.933 oficiais de defesa africanos, dentre os quais 1.897 oficiais da Marinha Namibiana, foram treinados em instituições especializadas, como Escola Naval (EM), Escola de Guerra Naval (EGN) e o Centro de Instrução Almirante Alexandrino (Seabra 2014).

No âmbito das atividades desenvolvidas na Namíbia, realizou-se, em 2013, o primeiro Curso de Especialização em Infantaria para a formação de cabos e a realização do primeiro adestramento básico de operações especiais (Feitas 2019). Em 22 de julho de 2016, o Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia (CFN-N) foi oficialmente ativado, simbolizando um ato simbólico no domínio da cooperação entre Brasil e Namíbia e excelente trabalho brasileiro em relação a sua contribuição com o desenvolvimento da Marinha da Namíbia (Brasil 2016).

Em 2014, a Agrale, empresa brasileira, fechou um acordo de venda de 141 unidades da viatura Marruá para a Namíbia, tais viaturas são utilizadas pelas Forças Armadas brasileiras, bem como, pelos exércitos da Argentina e do Equador (Agrale 2014). No mesmo ano, foi assinado um Acordo de Cooperação entre o Exército Brasileiro e o Exército da Namíbia, o que significa um adensamento da cooperação técnica entre os dois países no domínio da Defesa. Assim, registrou-se a presença de instrutores brasileiros na Academia Militar da Namíbia, além do envio de militares namibianos para a realização de cursos no Brasil (Freitas 2019).

Em relação ao eixo de fornecimento de embarcações, verificou-se a intervenção considerável da presença chinesa. Em 2012, a Marinha Namibiana recebeu da Marinha chinesa o navio *NAPLog Elephant*.

Em 2016, o governo chinês doou dois navios-patrolha, o C12 Daurés e o C13 Brukkaros, os quais foram incorporados à Namíbia em 2017. De acordo com Almeida (2012), a dificuldade de obtenção de crédito direcionado

à Namíbia pelos órgãos governamentais brasileiros acarretaria na entrega do navio oferecido pelo Brasil. Em fevereiro de 2013, o então Ministro da Defesa, Celso Amorim, ressaltou o fortalecimento das relações entre os dois países no domínio da defesa, estendendo para áreas da aeronáutica e do Exército como ocorrera no campo da Marinha (Almeida 2012; Freitas 2019).

Com relação ao fornecimento de embarcações, de acordo com Freitas (2019), pode-se verificar que o Brasil não encontrou uma forma eficiente de vender seus produtos ao Governo namibiano, devido à sua incapacidade de sensibilizar o nível político na facilitação da obtenção de créditos pelos bancos brasileiros. Seria substancial, no nível político, que fosse repensada a oferta de créditos, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou outra fonte, para os financiamentos sob condições favorecidas.

No âmbito da assistência no planejamento e desenvolvimento, segundo Almeida (2012), apesar de o Brasil possuir diversas empreiteiras com a expertise necessária para a execução de obras, a dificuldade de financiamento por parte dos bancos brasileiros não permitiu a construção da base, ficando a cargo de empresas chinesas de construção.

Com a intenção de melhor compreender os resultados da cooperação técnica-militar entre Brasil e Namíbia, elaborou-se o Quadro a seguir:

Quadro 1: Cooperação técnico-militar entre Brasil e Namíbia (1991/2019)

Data/Período	Atividade
13/09/199	Comunicado conjunto entre os presidentes, Sam Nujoma, presidente namibiano, e Fernando Collor, presidente brasileiro. O documento ressaltava a intenção de criar uma comissão mista de cooperação para apreciar, entre outros assuntos, a proposta de “um protocolo”. Ocasão em que o presidente brasileiro viajou à Namíbia.
04/03/1994	Assinado o Acordo de Cooperação Naval entre Brasil e Namíbia.
1994	Visita da Fragata Niterói ao porto de Walvis Bay.
1994	Entrega do porto de Walvis Bay à Namíbia pela África do Sul.
1994	Criação da Missão Naval Brasileira na Namíbia (MNBN). Formação de recursos humanos, nos mais diversos níveis, totalizando 466 vagas, sendo 48 para oficiais e 418 para praças.
1994/1998	Primeira fase: primeiros militares nos centros de instrução da Marinha Brasileira (RJ): instrução em Português.

Data/Período	Atividade
1997	A Marinha brasileira enviou uma delegação que incluía representantes da EMGEPRON para analisar o levantamento hidrográfico e de desenvolvimento da infraestrutura de apoio logístico.
1997	Contribuição da Diretoria de Obras Civas da Marinha (DCM) no projeto inicial da Base Naval de Walvis Bay (BNWB).
2001	Novo Acordo de Cooperação entre os dois Governos. Além da manutenção dos objetivos do acordo de 1994, foi incluída a assistência para a organização do Serviço de Patrulha Marítima, o fornecimento de embarcações, a assistência para o planejamento e o desenvolvimento da infraestrutura apropriada à atracação e ao suporte logístico para embarcações e o estabelecimento da Missão Naval Brasileira na Namíbia. Os custos dos treinamentos de militares no Brasil passaram a ser arcados pela Namíbia.
2001/2015	Contrato entre a EMGEPRON e o governo da Namíbia para a execução do Levantamento da Plataforma Continental.
2003	Brasil doou a corveta “Purus” ao governo namibiano, transferido ao país, em 2004.
2003/2013	Total de 1.933 oficiais de defesa africanos, dentre os quais 1.897 oficiais da Marinha Namibiana, foram treinados em instituições especializadas, como Escola Naval (EM), Escola de Guerra Naval (EGN) e o Centro de Instrução Almirante Alexandrino.
1998/2004	Segunda fase: número crescente de estudantes militares no Brasil - mais de 800 profissionais. Início do pagamento dos cursos em 1999.
2004	Criação da Marinha da Namíbia e redução programada de cursos no Brasil.
2006	Incorporação do Grupo de Apoio Técnico, cujo objetivo foi prestar assistência à criação do Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais.
2009/2016	Criação das Escolas de Formação (militares e técnicas) de Forças Navais e da Armada em <i>Walvis Bay</i> .
2009	Submissão do leito da Namíbia à Comissão de Limites das Plataformas Continentais.
2009	Novo Acordo assinado entre os dois países, cujos termos seguem os mesmos estabelecidos no acordo de 2001.
2009	Visita do Ministro da Defesa brasileiro, Nelson Jobim, à Namíbia..
2009	Entregue ao Governo namibiano o Navio Patrulha Brendan Sinbwaye, de classe Grajaú, construído pela Indústria Naval do Ceará, e duas lanchas-patrulha, de classe Marlim.

Data/Período	Atividade
2009	Ativação da Missão de Assessoria Naval pela Marinha brasileira, na Namíbia. 2010: Primeira Missão de Assessoria Naval foi ativada de forma a fornecer assessoria militar, técnica e administrativa à Marinha namibiana.
2006/2009	Seis Grupos de Apoio Técnico foram enviados à Namíbia pelo Governo Brasileiro.
2010	Ativação do Grupo de Apoio Técnico de Fuzileiros Navais, chefiado por um Capitão de Mar e Guerra, com chamado de mais três oficiais e oito praças.
2013	Realização do primeiro curso de Especialização em Infantaria para formação de cabos e a realização do primeiro adestramento básico de operações especiais.
2012/2014	As principais atividades desenvolvidas pela MAN foram a assessoria nas seguintes áreas: elaboração de publicações e procedimentos; implementação do conceito de sistema de manutenção planejada; estruturação do novo píer da nova Base Naval; condução de adestramentos a bordo dos meios da Marinha namibiana; e contribuir com a realização do Curso de Formação de Marinheiros.
2014	A empresa brasileira, Agrale, vendeu 141 unidades da viatura Marruá para a Namíbia.
2014	Acordo de Cooperação assinado entre o Exército Brasileiro e o Exército da Namíbia. Foi criada a Escola de Português na Base de Osona – Okahandja, com 19 alunos, sendo 5 para a AMAN.
2016	Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia foi oficialmente ativado.
2016	50 alunos na Escola de Português, sendo 11 para cartografia. O MRE materializou o programa de estudo para os civis (62 estudantes, com formação de decisores civis e ótimo ambiente geral de negócios) (EMBRAER/Abílio Diniz).
2009/2019	Militares da Namíbia realizaram o Curso de Formação de Marinheiros (C-FMN), o Curso de Especialização (C-Espc) – formação de militares na graduação de cabos, e o Curso Especial de Habilitação a Sargento (C-EspHabSG/Ap), o qual habita os militares na graduação de terceiro-sargento.
1998/2008	Média anual de militares namibianos cursando o Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA) foi de 28 por ano.
2009/2019	Média de militares cursando no Centro de Instrução Almirante Alexandrino foi de 57 por ano.

Fonte: elaborado pelos autores, com base em Almeida (2012), Seabra (2014) e Freitas (2019).

Pelo Quadro 1 acima, verifica-se que a formação de recursos humanos (primeiro em território brasileiro e depois em território namibiano) é uma das principais características da cooperação, junto com projetos e ações de apoio técnico (manutenção de embarcações e instalações), assessoria e suporte logístico. Como principais desafios, vislumbram-se as restrições financeiras da Namíbia para compra de bens e equipamentos da base industrial brasileira, além da concorrência com produtos de outros países.

As principais ações da Marinha brasileira na Namíbia envolveram a criação da Missão de Assessoria Naval (MAN) e o Grupo de Apoio Técnico de Fuzileiros Navais. Também realizou a cartografia do porto de *Walvis Bay*, em 1994, além de cursos profissionalizantes contínuos. Houve a doação de uma corveta à Marinha namibiana, a aquisição de uma NPa-200 e duas lanchas patrulha (sendo o primeiro país importador desse produto) pela Namíbia, o apoio técnico para construção da *New Naval Base* e a aquisição de uniformes. A permanente manutenção de navios, por meio de assessoria e peças, a assessoria em Comunicações, o início do Acordo Militar da Namíbia com o Exército brasileiro, em 2014 e a criação, em 2016, da Escola Técnica da Marinha namibiana. Ainda houve a aquisição de 200 viaturas Marruá (Agrale), de equipagens diversas de combate via EMGEPRON, a inauguração do Centro de Treinamento do CFN e a criação do 1º Batalhão de Infantaria em julho de 2016, com a presença do Embaixador brasileiro e do COMGER – conforme coletado em Almeida (2012); Seabra (2014); Freitas (2019); Pereira et al. (2021) –. Para Teixeira et al.,

Naturalmente, é em relação à cooperação posta em prática pela Marinha do Brasil que se observam reflexos mais consistentes. Após 24 anos de intercâmbios, grande parte dos elementos em posição de decisão na Marinha da Namíbia passaram por escolas de formação, especialização ou aperfeiçoamento brasileiras. Praticamente todo o alto-comando da Força passou por escolas da Marinha do Brasil e boa parte da oficialidade namibiana fala a língua portuguesa. Mas é em relação à inserção de produtos de defesa brasileiros que se observam aspectos de interesse (Teixeira et al. 2021, 90).

Particularmente, o mercado de produtos do setor de Defesa funciona de forma autônoma, compete aos Estados a determinação das regras de abertura de seus respectivos mercados de defesa à concorrência externa. Diante disso, concorda-se com Soares (2015), “o Estado, além do papel fundamental exercido na viabilização financeira da comercialização, compete desempenhar funções de promoção comercial como agente da garantia política nas operações ligadas a produtos de defesa” (Soares 2015, 52). Observou-se a intenção de

ampliar o mercado dos produtos brasileiros pela Marinha brasileira desde o início das atividades no âmbito do Acordo Naval com a Namíbia. No entanto, como relatado anteriormente, houve empecilhos internos que inviabilizaram a venda de um maior número de equipamentos navais (Almeida 2012), além da concorrência chinesa localizada neste setor.

Em decorrência das mudanças sistêmicas ocorridas no período pós-Guerra Fria, observou-se que o “vazio de poder”, no Atlântico Sul, permitiu ao Brasil se apresentar como parceiro viável para a jovem nação africana. Somado com a postura namibiana de afastamento de conflitos internacionais, o Brasil se configurou como país-parceiro para orientar a marinha namibiana para obter progressivamente sua autonomia no cumprimento de suas tarefas. Para o Brasil, o Acordo Naval se apresentou como uma oportunidade de projetar a Marinha brasileira como uma instituição confiável e profissional diante da comunidade internacional, em especial, para os países sul-atlânticos.

Conclusão

O presente artigo buscou analisar por que a cooperação técnico-militar do Brasil com a Namíbia pode ser classificada como estratégica no Atlântico Sul. Por meio da análise documental enquanto procedimento metodológico e tendo como apoio a pesquisa bibliográfica, corroboraram-se as três variáveis independentes da hipótese inicial, pois a) a política africana do Brasil conjugada com a política de defesa do Brasil, b) a potencialidade de mercado consumidor para a base industrial de defesa brasileira e c) a revalorização do Atlântico Sul como área de paz e cooperação são os fatores legitimadores dessa ação.

A política africana brasileira desde 2005 tem sido conjugada de maneira progressiva com a política de defesa, processo que se evidenciou empiricamente na concretização do conceito de entorno estratégico e nas atividades voltadas a ele desde então – caso claro da cooperação ora em análise. A demanda por ampliação da base industrial de defesa brasileira, também presente nos documentos de defesa do país, servira como outro ponto impulsionador da presente cooperação, no sentido de abrir o mercado para produtos brasileiros, como primeiro ato para a posterior ampliação de demandas. Percebeu-se que a política externa brasileira, através da diplomacia e postura não-intervencionista, abriu caminhos para o setor privado, como o serviço prestado pela EMGEPRON, como também, o trabalho técnico exercido por ela mesma.

No entanto, cabe atenção ao seu caráter ainda incipiente, além da constante concorrência chinesa no continente africano. Em uma primeira análise, os quantitativos fornecidos pelo Brasil podem parecer pequenos. Porém, deve-se levar em consideração o contexto de uma economia nascente, como ocorrera com a Namíbia. Constatou-se que a cooperação técnica militar desempenha a função de instrumento para promoção de produtos de defesa, capaz de impulsionar vendas dos produtos nacionais. Mediante a cooperação técnico-militar e o contato com militares estrangeiros e com governo de outros Estados, a divulgação desses produtos foi impulsionada. De modo geral, a longevidade da cooperação possibilitou estabelecer certo nível de influência nos mais altos escalões decisórios da Marinha Namibiana e proporcionou ganhos para o Brasil.

A estas variáveis se adensa a própria conjuntura da política internacional das duas primeiras décadas do século XXI, que revitalizou o interesse pelo Atlântico Sul como área geoestratégica, seja para os países ribeirinhos ou para países extrarregionais. A exploração do potencial dos recursos marítimos torna-se vital para salvaguardar os interesses e promover o desenvolvimento nacional dos Estados. Por essa razão e entre outras, o Atlântico Sul configura-se como uma área prioritária para o Brasil, proporcionando uma grande plataforma de possibilidades para desenvolvimento e cooperação. Consequentemente, as ações de Brasília indicam a intenção de manter essa área como uma zona de cooperação e paz, assegurando que nenhum país possa interferir na sua integridade e soberania nacional.

Observou-se que, no âmbito da Marinha Brasileira, a cooperação técnica possibilitou a estruturação da força naval da Namíbia, a formação e aperfeiçoamento e especialização de namibianos nas escolas militares brasileiras, a partir do know-how brasileiro. Por sua vez, a cooperação permitiu aos brasileiros, a aproximação técnica de um país integrante do seu Entorno Estratégico Brasileiro. Neste sentido, confirma-se um fator motivador para a cooperação técnico-militar com a Namíbia, uma vez que se observa um movimento de projeção de poder brasileiro no âmbito da cooperação regional, em particular no continente africano, com pretensões de defesa do interesse nacional e de segurança regional.

O propósito da política brasileira para o Atlântico Sul tem sido o de mantê-lo como uma zona de paz e cooperação, livre de ameaças extrarregionais, vontade comungada pelos países africanos lindeiros, como configura-se na declaração da ZOPACAS. Por ser este um espaço predominantemente marítimo, o poder naval passa a ser instrumento essencial no apoio àquela política. Em julho de 2014, a Namíbia tornou-se Observador Associado da

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), fato que simboliza a intenção daquele país em se aproximar qualitativamente não apenas dos vizinhos Angola e Moçambique, mas de todos os Estados-membros da Comunidade, como o Brasil. Logo, a cooperação Brasil-Namíbia na área de defesa além de ser bilateral tem potencialidade para se tornar multilateral.

Por fim, o Acordo Naval entre Brasil e Namíbia simboliza um triunfo de valor político, diplomático e militar às políticas externa e de defesa brasileiras, pela longevidade e pelos resultados concretos, por isso, conclui-se, de valor estratégico. A confiança e a cooperação entre os dois lados do Atlântico Sul apenas reforça e consolida a paz e a cooperação nesta região. Dessa forma, o acordo proporcionou ganhos recíprocos, possibilitando ao Brasil maior inserção na África ocidental, enquanto concedeu à Namíbia a estruturação de sua força naval e de fuzileiros, como também, o levantamento de sua plataforma continental, o qual foi levado a submissão às Nações Unidas do pleito de expansão das águas jurisdicionais namibianas.

A temática abre novas oportunidades de pesquisa e a necessidade de difundir, por meio do conhecimento científico, os ganhos mútuos que a Cooperação Sul-Sul pode proporcionar aos países, uma vez que se confirmou que a relação entre Brasil e Namíbia gerou ganhos recíprocos, apesar das suas assimetrias.

REFERÊNCIAS

- Agrale. 2014. “Forças Armadas da Namíbia adquirem viaturas Agrale Maruá”. *Agrale Imprensa*, Notícias. [https://www.agrale.com.br/pt/imprensa/noticias/detalhes/374/forcas-armadas-da-namibia-adquirem-viaturas-agrale-marrua#!galeria\[\]/o/](https://www.agrale.com.br/pt/imprensa/noticias/detalhes/374/forcas-armadas-da-namibia-adquirem-viaturas-agrale-marrua#!galeria[]/o/).
- Almeida, Claudio Henrique Mello. 2012. “A presença da China na Costa Ocidental da África – o caso da Namíbia: implicações para o poder naval brasileiro”. Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro. <http://www.redebim.dphdm.mar.mil.br/vinculos/000004/00000494.pdf>.
- Amorim, Celso. 2016. *A grande estratégia do Brasil: discursos, artigos e entrevistas da gestão no Ministério da Defesa (2011-2014)*. Brasília: FUNAG.
- Brasil. 2003. “Decreto N. 4.778”. Brasília. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4778.htm.
- _____. 2012. *Política Nacional de Defesa*. Brasília. https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/END-PNDa_Optimized.pdf.

- _____. 2016. “Cerimônia de ativação do CFN da Marinha da Namíbia”. <https://www.marinha.mil.br/cgcfm/node/264>.
- _____. 2020. *Livro Branco de Defesa Nacional*. Brasília. https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-edefesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf.
- Brozowski, Fernanda Pacheco de Campos, e Raphael Padula. 2016. “A Geopolítica dos mares como fator estratégico para a integração na América do Sul”. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, 5, no. 10, 95-113. <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/66116/40844>.
- Córdova, Fernanda P. e Denise T. Silveira. 2009. “A Pesquisa Científica”. In *Métodos de Pesquisa*, organizado por Tatiana E. Gerhardt e Denise T. Silveira. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Cossul, Naiane I. 2019. “Balanço da Política de Defesa Nacional Brasileira: de uma ação declaratória a um projeto estratégico”. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://hdl.handle.net/10183/201184>.
- Fortuna, Hernani Goulart. 1983. “O poder marítimo como projeção do poder nacional.” *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 9-25. Disponível: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/668>. Acesso em: 28 de novembro de 2022.
- Freitas, André Dominguez. 2019. “Reflexos para a MB: aspectos navais da atuação da China na Namíbia”. Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito para a conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas. Rio de Janeiro, RJ.
- Mahan, Alfred T. 1987. *The influence of sea power upon history*. New York: Diver Publications inc.
- Pereira, Analucia Danilevicz. 2013. O Atlântico Sul, a África Austral e o Brasil: cooperação e desenvolvimento. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais* 2, no.4, 33-4. <https://www.files.ethz.ch/isn/169580/42565-170197-1-Portugese.pdf>.
- Pereira, Analúcia Danilevicz, Luís Henrique Vighi Teixeira, Luís Fernando Coradini, e Renata Alves da Costa. 2021. A Cooperação Técnica Militar Brasil-Namíbia e a projeção da Base Industrial de Defesa Brasileira. *Revista da Escola Superior de Guerra*, 36, no. 76, 79-104. <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/1100>.

- Rizzi, Kamilla Raquel e Patrick Bueno. 2019. "Ambiguidade frente às colônias africanas de Portugal (1953-1985): aspectos definidores da Política Africana do Brasil". *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 4, no. 8, 135-155. <https://seer.ufrgs.br/rbea/article/view/93159/55799>.
- Seabra, Pedro. 2014. "A harder edge: reframing Brazil's power relation with Africa". *Revista Brasileira de Política Internacional* 1, no. 57, 77-97. <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/b8LhqbmhWNk7wmHG-bqvCHyQ/?lang=en>.
- . 2017. "The Enabling Power of the Oceans". *Contexto Internacional* 39, no. 2, 237-243. <https://www.scielo.br/j/cint/a/jKyj6tx7WVcM-q4rx5My6NPp/abstract/?lang=en>.
- . 2021. "Reflexos da Geopolítica Global no Atlântico Sul". In *O Brasil e os desafios à estabilidade no entorno estratégico brasileiro: disputa hegemônica, conflitos e violência*, organizado por Alcides Costa Vaz. Brasília: Trappolim Editora e Eventos Culturais Eirelli.
- Soares, Rodrigo de Lima Baena. 2015. "A Base Industrial de Defesa brasileira e a Política Externa". *Cadernos de Política Exterior* 1, no. 1.
- Teixeira, Luís Henrique Vighi, Luiz Fernando Coradini, Renata Alves da Costa, e Analúcia Danilevicz Pereira. 2021. "A cooperação técnica militar Brasil-Namíbia e a projeção da base industrial de defesa brasileira". *Revista da Escola Superior de Guerra* 36, no. 76, 79-104. <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/1100/952>.
- United Nations. 2009. "Submissions to the Commission: Submission by the Republic of Namibia". *Comissão de Limites da Plataforma Continental*. https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/submission_nam_50_2009.htm.
- . 1986. "Resolution 41/11". Zone of peace and co-operation of The South Atlantic.
- . 2019. "World Population Prospects 2019: Highlights" *Department of Economic and Social Affairs, Population Division* (ST/ESA/SER.A/423).

RESUMO

O presente artigo analisa por que a cooperação técnico-militar do Brasil com a Namíbia pode ser classificada como estratégica no Atlântico Sul. Como hipótese, o estudo parte do pressuposto de que a consolidação da política africana do Brasil e as pretensões de reforçar sua posição geopolítica em seu Entorno Estratégico foram os grandes fatores motivadores para a aproximação técnica militar com a Namíbia e tornaram essa cooperação em defesa de caráter estratégico pelos fatores relaciona-

dos à a) política africana do Brasil conjugada com a política de defesa do Brasil, à b) potencialidade de mercado consumidor para a base industrial de defesa brasileira e à c) revalorização do Atlântico Sul como área de paz e cooperação. A partir do método hipotético-dedutivo e do procedimento de análise documental e levantamento bibliográfico, verifica-se que a cooperação entre Brasil e Namíbia tem contribuído significativamente para garantir a soberania do Estado namibiano. Por sua vez, o Acordo Naval entre Brasil e Namíbia simboliza um triunfo de valor inquestionável à política externa brasileira

PALAVRAS-CHAVE

Brasil. Namíbia. Cooperação em defesa. Atlântico Sul.

Recebido em 26 de abril de 2023

Aceito em 12 de maio de 2023